

Davidson e Searle no debate metodológico da Ilustríssima de 2016: novas contribuições a uma antiga discussão

Emmanuel de Oliveira Boff

Professor Adjunto - UFF

emmanuelb@yahoo.com.br

Resumo: O artigo mostrou que a crítica por parte de Donald Davidson ao “terceiro dogma” do empirismo e a ontologia social de John Searle podem ser úteis para fazer avançar o debate metodológico ocorrido nas páginas do caderno Ilustríssima, da Folha de S. Paulo em 2016. O debate ficou estagnado após a constatação de que os “núcleos duros” dos programas de pesquisa científicos (PPCs) de ortodoxos e heterodoxos são incomensuráveis e possuem ontologias (entendidas como visões de mundo) distintas. A partir de Davidson, mostramos que as próprias teorias econômicas podem ser tratadas como objetos empíricos passíveis de investigação por abordagens como a epistemologia social ou a sociologia do conhecimento científico. A partir de Searle, mostramos que a natureza dos objetos estudados pelos economistas não pode ser subsumida em uma “visão de mundo”. Concluimos primeiramente que o argumento de Lisboa e Pessoa sobre o método científico na economia -- a separação da teoria formal dos dados empíricos -- pode ser útil de um ponto de vista retórico ou pragmático, mas aceita a distinção entre esquema conceitual e dados empíricos, caindo no terceiro dogma do empirismo. Em segundo lugar, concluimos que visões de mundo são importantes mas insuficientes: deve-se estudar como elas são construídas na prática dos cientistas, mostrando como diferentes programas de pesquisa podem ou não dialogar.

Classificação JEL: B41 e B59. **Palavras-chave:** metodologia da economia; ontologia social; terceiro dogma do empirismo; heterodoxia; ortodoxia.

Abstract: The article showed that Davidson’s criticism of the “third dogma” of empiricism and Searle’s social ontology may be useful to advance the methodological debate which took place in the newspaper Folha de S. Paulo in 2016. The debate stagnated after it was recognized that the “hard cores” of the scientific research programs of the orthodoxy and heterodoxy are incommensurate, with distinct ontologies (understood as worldviews). Drawing on Davidson, we show that the economic theories are empirical objects that can be studied by social epistemology or the sociology of scientific knowledge. Drawing on Searle, we showed that the nature of objects studied by economists cannot be subsumed into a “worldview”. We conclude, first, that Lisboa and Pessoa’s argument about the scientific method in economics -- the separation of the formal theory from empirical data -- can be useful from a rhetoric or pragmatic point of view, but it accepts the distinction between conceptual scheme and empirical data, falling into the third dogma of empiricism. Secondly, we conclude that worldviews are important but insufficient: one should study how they are constructed in the practice of scientists, showing how different research programs may or may not engage each other.

JEL Code: B41 and B59. **Keywords:** economic methodology; social ontology; third dogma of empiricism; heterodoxy; orthodoxy.

Davidson e Searle no debate metodológico da Ilustríssima de 2016: novas contribuições a uma antiga discussão

1. Introdução

O artigo tem por objeto o conjunto de nove artigos primeiramente publicados por uma série de duplas de autores distintos nas páginas do caderno Ilustríssima da Folha de São Paulo ao longo de 2016 (com alguns desses trabalhos recentemente coligidos no livro “O Valor das Ideias: Debate em Tempos Turbulentos” (2019), organizado por Samuel Pessoa e Marcos Lisboa). A esses nove artigos acrescentaremos um último (de Mario Duayer e Juan Pablo Paineira) que dialogou com os demais, mas não foi publicado na Ilustríssima. O objetivo mais geral do trabalho (a ser cumprido na próxima seção do trabalho) é analisar as controvérsias metodológicas no debate brasileiro em economia que aparecem nos artigos. O objetivo específico é contribuir com o debate inserindo o aporte em filosofia da ciência de Donald Davidson (1973) e a proposta recente de John Searle (1995 e 2010) de ontologia social (abordados na seção 3 do trabalho).

Tentaremos investigar a posição de Lisboa e Pessoa sobre o método da ciência econômica não a partir da cisão entre heterodoxia e ortodoxia, nem entre os valores associados à esquerda e direita, nem tampouco ao papel da retórica na economia (como aparecem nos artigos). Nossa análise procurará apontar os limites da discussão metodológica recente a partir da proposta de separarmos a teoria (como pura linguagem formal) das hipóteses substantivas (que envolveriam os fatos empíricos). Esse ponto é tangenciado nos artigos de Palácio e Capovilla (2016), Jabbour e Paula (2016) e aprofundado na contribuição de Duayer e Paineira (2017). Contudo, as implicações dessa separação não foram analisadas sob a ótica da filosofia analítica de extração anglo-saxã, mais próxima à tradição metodológica de economia adotada por Lisboa e Pessoa. Em outras palavras: nosso trabalho tentará apontar as consequências desses desenvolvimentos em filosofia da ciência para a abordagem de Lisboa e Pessoa (inspirada na contribuição de Friedman) do ponto de vista da própria tradição de filosofia analítica desenvolvida na segunda metade do século XX.

Esperamos fazer um diagnóstico do debate na seção 3, mostrando que a proposta de separar a teoria das hipóteses substantivas já sofrera ataques a partir da crítica ao reducionismo e da distinção analítico-sintética de Quine (1951) e foi aprofundada com a crítica ao “terceiro dogma do empirismo” de Davidson (1973). Procuraremos mostrar que, a ser válido o “terceiro dogma”, a separação entre os dados e o esquema conceitual (a teoria) não mais procede. Por sua vez, enquanto as críticas de Quine e Davidson se aplicam ao empirismo enquanto método científico de forma geral, a ontologia social proposta por John Searle procura dar conta da especificidade dos objetos sociais. Se levarmos em conta que objetos sociais dependem parcialmente para sua existência de representações partilhadas dos indivíduos de um grupo (representações que têm, por sua vez, a mesma forma lógica de atos de fala declarativos), concluiremos que a atividade empírica em economia ganha uma complexidade que deve levar em conta a estabilidade de objetos sociais em contextos distintos.

A quarta seção procurará fazer um prognóstico de debates metodológicos possíveis, com base nas conclusões a que chegamos na seção prévia. Nessa última seção serão feitas sugestões

para futuros desenvolvimentos a partir da ontologia social proposta por Searle. Comentaremos uma série de artigos brasileiros que já apontam para um programa de pesquisa que leva em conta as contribuições de Davidson e de Searle, ainda que nenhum deles esteja presente diretamente nos artigos. Deixaremos indicado que trabalhos que levem em conta o estudo de vários objetos econômicos como “objetos limítrofes” (*boundary objects*) é útil para entender as controvérsias analisadas na seção 2. A teoria social imaterialista de inspiração latouriana de Graham Harman (2016) também será abordada como possível contribuição para futuros debates metodológicos. Uma última seção conclusiva fecha o trabalho.

2. Os debates

Para aqueles interessados em metodologia da economia, o longo debate travado durante o ano de 2016 no caderno *Ilustríssima*, da Folha de São Paulo, pode ter sido duplamente surpreendente. Por um lado, uma surpresa positiva (além da possibilidade de acompanhar um debate sobre metodologia da economia em um grande jornal de circulação nacional) foi o interesse dos debatedores em associar as discussões metodológicas a questões práticas de política econômica brasileira recentes. De fato, parece ser uma característica distintiva da academia brasileira não apenas discutir questões metodológicas da economia, como procurar entender como essas discussões podem iluminar o debate sobre políticas públicas. Que tal debate possa ir além dos departamentos de economia para ser divulgado a um público culto mais amplo não deixa de ser uma surpresa alvissareira.

Por outro lado, surpreende também que os termos do debate tenham se dado com contribuições que remetem no mais tardar aos anos 1980. As contribuições iniciais de Popper (1934), Kuhn (1962), Lakatos (1968) e Bhaskar (1975) são de mais de quatro décadas atrás. O debate sobre a retórica da economia ocorreu ainda na primeira metade dos 1980 (com a contribuição de Arida em 1983 e de McCloskey em 1985). Uma leitura dos artigos de 2016 pode passar a impressão que não teria havido grande avanço no debate metodológico além desses marcos do século passado -- o que, evidentemente, não é verdadeiro.

Mas se houve avanço para além daqueles marcos, por que pouco se mencionou além de debates envolvendo falseabilismo, núcleos duros de programas de pesquisa e retórica? Seria o debate exemplo do velho adágio McLuhaniano, que conforma a mensagem ao meio? Ou, em outras palavras, será que o fato de o debate não ter se dado em um meio acadêmico tradicional (como um periódico ou livro), forçosamente fê-lo apresentar um conteúdo simplificado e autores já consagrados? Que o conteúdo do debate foi simplificado é possível inferir pelo próprio material mais detalhado sobre metodologia da economia produzido anteriormente por alguns dos participantes¹. Contudo, não parece haver resposta para o fato de os mesmos autores estarem sendo discutidos já há décadas. Somente repassando a própria discussão poderemos entender os pontos de discordância e verificar os limites da argumentação das antigas discussões metodológicas. A partir desses limites tentaremos expor as contribuições de Davidson e Searle.

2.1 Primeira rodada: método versus retórica (fevereiro e março de 2016).

A primeira leva de artigos -- o primeiro de Lisboa e Gonçalves (2016) em 14.02.2016 com as respostas de Palácio e Capovilla (2016) e Bastos e Belluzzo (2016a) em 20.03.2016

¹ Ver Lisboa (2001), Duayer et. al (2001), Gala et. al (2006).

tratou da relação entre retórica e método na economia. Lisboa e Gonçalves dão o tom das discussões afirmando tanto que a economia usa “os procedimentos da ciência para ajudar a garantir a efetividade das propostas” de políticas públicas, quanto que “economia não é literatura em que boas histórias são suficientes. Ciência requer método: argumentos precisos que possam ser contrapostos a testes empíricos”. E, logo à frente: “A economia procura evitar a retórica, que promete muito mas entrega pouco”. Em suma, o artigo que deu o pontapé do debate propõe que a economia é uma ciência que possui aplicações práticas e que é desejável evitar a retórica no debate propriamente econômico. Mas qual a natureza da relação entre a economia e suas aplicações práticas? E o que os autores querem dizer com “retórica”?

Com relação à aplicação prática da teoria econômica, Lisboa e Gonçalves adotam uma visão de ciência que é neutra com relação a valores e que pode ser humanamente controlada². Em outras palavras, a teoria seria um instrumento neutro -- um meio -- que pode ser usado para dados fins desejados da sociedade. Como veremos, esta visão de ciência será recorrente no debate, quando os autores sugerem que a ciência econômica pode ser usada tanto por economistas de esquerda (entendidos como aqueles preocupados com questões de igualdade de renda, segundo a interpretação que os autores fazem de Bobbio) quanto de direita (preocupados mais com crescimento). O fim da sociedade pode ser igualdade ou crescimento, mas a ciência que analisa e mensura os eventuais *trade-offs* entre ambos é neutra.

O outro ponto diz respeito à retórica: os autores não parecem se referir diretamente à retórica como “arte da persuasão”, mas antes como a uma “narrativa” ou “visão de mundo”, como os artigos seguintes esclarecerão. Podemos provisoriamente afirmar que tal “visão de mundo” é um tipo de “esquema conceitual”, ou seja, uma linguagem que organiza (sistematiza e ordena) ou adequa (*fits*) a realidade (ou os dados dos sentidos) em uma explicação ou previsão inteligível³.

A resposta de Bastos e Belluzzo ao artigo de Lisboa e Gonçalves busca extrair justamente a “visão de mundo” que estaria por trás da ciência econômica de Lisboa: seria uma visão de mundo da ortodoxia neoclássica, associada aos conceitos de indivíduo maximizador e a um conceito de equilíbrio que remontam à física mecânica do meio do século XIX⁴. Esse tipo de teoria não seria um instrumento neutro, pois suas hipóteses já fazem pressupor que indivíduos agindo de forma maximizadora em um mercado perfeitamente competitivo gerariam um resultado desejável do ponto de vista alocativo. Ou seja, em princípio é *bom* que os agentes ajam de forma maximizadora, é *bom* que suas preferências sejam completas e transitivas e é *bom* que façam suas escolhas em mercados perfeitamente competitivos⁵. A este tipo de teoria, os autores contrapõem uma visão da economia como sistema aberto e complexo, que permita observar propriedades emergentes e que evitem falácias da composição como aquelas associadas à eficiência do mecanismo de mercado. Como exemplo prático do efeito de uma visão mecanicista de economia e de falácias da composição, os autores apresentam a adesão à “doutrina da austeridade expansionista” que teria causado a recessão brasileira de 2015.

Capovilla e Palácio, por sua vez, mostram que a retórica é incontornável na economia⁶. Como por eles colocado, “na prática científica (...) não podemos nos livrar de ideias,

² Feenberg e Neder (2010).

³ Davidson (1973).

⁴ Mirowski (1989).

⁵ Este ponto é trabalhado em profundidade por Hodgson (2001).

⁶ Este ponto já foi levantado por Arida (2003 [1983]) e McCloskey (1985).

sentimentos, valores e, enfim, dos pressupostos que configuram nossa visão de mundo”. Em suma, sempre há um “resquício pré-analítico” (ou, segundo Schumpeter, um “ato cognitivo pré-analítico”) que conforma os dados⁷. A natureza dessa conformidade pode ser na escolha dos dados considerados relevantes, na sua categorização e elaboração e, finalmente, na sua interpretação teórica. Desta forma, a separação entre a atividade científica rigorosa (de formulação de hipóteses, coleta de dados e teste empírico) e as “narrativas” ou “visões de mundo” não é rígida. Como veremos na próxima seção, esta não-separação entre teoria e linguagem em geral é justamente o que caracteriza o “primeiro dogma do empirismo”, segundo Quine (1951). Em outros termos, não há como separar sentenças analíticas (tautológicas) das sintéticas (que descrevem fatos empíricos). Não há algo como “frases protocolo” que nos deem uma descrição neutra dos dados.

2.2 Segunda rodada: ortodoxia versus heterodoxia, esquerda versus direita e sua aplicação na política econômica (julho a outubro de 2016)

O conjunto de quatro textos publicados entre julho e outubro marcam o auge do debate em termos de polêmica, com uma réplica de Lisboa aos artigos de março (agora escrevendo em colaboração com Samuel Pessoa), uma nova contribuição dos heterodoxos Jabbour e Paula e uma réplica de Lisboa e Pessoa a essa nova contribuição. No início de outubro, Bastos e Belluzzo também retorquiram aos dois artigos de Lisboa e Pessoa.

Poderia se esperar que Lisboa e Pessoa respondessem às críticas com relação à inevitabilidade da retórica no discurso econômico (de Capovilla e Palácio) e aos pressupostos por trás dos modelos de equilíbrio usados pela ortodoxia (de Bastos e Belluzzo). Todavia, no artigo de 17.07.2016, seu ataque se concentrou sobre as diferenças de método entre a ortodoxia e a heterodoxia, bem como as diferenças entre o pensamento de direita e esquerda no que diz respeito aos efeitos da política econômica brasileira pós-2009 e da austeridade do segundo governo Dilma.

Os autores dizem haver dois eixos independentes de discussão no que concerne ao papel do Estado com relação às formas de organizar a produção e a seguridade social. No eixo da discussão relativo à organização da seguridade social, há em grande parte concordância da sociedade, pois haveria “(...) amplo consenso de que devemos construir um abrangente Estado de bem-estar social, à imagem dos vigentes na Europa Continental, como sistematizado na Constituição de 1988 e referendado em todos os pleitos eleitorais posteriores”. Este consenso estaria expresso nas políticas que percorreram os dezesseis anos de governos Lula e FHC. É a discordância no eixo relativo à intervenção do setor público nos mercados que separaria os heterodoxos (mais propensos à intervenção) e ortodoxos (menos propensos à intervenção). Foi a partir da demissão do ministro Palocci em 2006 e das políticas anticíclicas pós-crise de 2008 que medidas heterodoxas foram implementadas e contribuíram para o desastre econômico observado no Brasil a partir da segunda metade de 2014.

O restante do artigo busca mostrar que a heterodoxia que então governava o país apostou numa explicação para a crise em que “o inferno são os outros” -- a crise externa que derrubou preços de commodities em 2011 e interesses contrariados pelas políticas econômicas do primeiro governo Dilma⁸. Segundo a argumentação de Lisboa e Pessoa, foi uma narrativa que parte de conclusões *a priori* e que, por não ser passível de testes empíricos, não permite revisões, fazendo

⁷ Um artigo interessante sobre esse ponto é o de Rotheim (2006).

⁸ Singer (2015) e Nobre (2016).

com que quem a adota se arrisque a cair no autoengano, fazendo com que “o inferno seja nós”. A citação de alguns artigos procura mostrar através de testes que nem a crise internacional nem a austeridade do segundo governo Dilma foram culpados pela crise recente da economia brasileira. Os heterodoxos, portanto, seriam vítimas de autoengano e de culpar agentes externos por seus próprios erros na condução da política econômica no período pós-crise de 2008.

Lisboa e Pessoa receberam respostas de Jabbour e Paula (em 21.08.2016) e de Bastos e Belluzzo (em 09.10.2016). As respostas dos primeiros não se deu no mesmo terreno de Lisboa e Pessoa, mas buscou atacar o que chamavam de “miséria da ortodoxia” apontando para o “uso e abuso da retórica sob o manto da ‘neutralidade’ e ‘objetividade científica’”, para uma visão deturpada do que seria a heterodoxia e, por fim, por generalizações apriorísticas a partir de casos específicos. Mais uma vez a questão da impossibilidade de isenção de juízos de valor na ciência é trazida à tona com a contribuição de Popper, mostrando como, no caso do nível de poupança chinês e de seu crescimento econômico “dados” diferentes são trazidos à discussão: pode-se explicar o alto nível de poupança chinesa pela alta propensão a poupar das famílias (primeiro dado) ou pela manipulação da taxa de câmbio pelo governo (segundo dado). Pode-se também explicar o crescimento chinês pela “desregulamentação do mercado (...) e a privatização de empresas estatais” (primeiro dado) ou então pela “‘abertura comercial’ planejada pelo Estado” (segundo dado). Ou seja, temos os mesmos objetos (nível de poupança e crescimento chinês) sendo explicados por “dados” provenientes de teorias econômicas distintas.

O problema é, segundo os autores, que “dados” vindos de teorias atomísticas nos fazem justamente apontar para a dificuldade de enxergar fatores que expliquem a especificidade do comportamento de agregados (como crescimento do PIB ou nível de investimento) para além dos resultados obtidos a partir do comportamento individual. Esta constatação é a senha para que Jabbour e Paula apontem para a retórica atrás da generalização de fatores como o “capital humano” como causa primeira do desenvolvimento chinês em detrimento da ênfase na existência de um “sistema estatal amplo e complexo que financia as atividades produtivas”. Em vez de se reduzir suas hipóteses ao comportamento individual, na heterodoxia “busca-se o máximo realismo das hipóteses e rejeita-se o atomismo e o individualismo metodológico (...)”.

Bastos e Belluzzo aprofundam a crítica de Jabbour e Paula fazendo um histórico da heterodoxia (principalmente da vertente keynesiana) como negação do individualismo metodológico que pressupõe que o ótimo do ponto de vista agregado nada mais é que a soma de decisões ótimas no nível individual. Reforçam o ponto de Jabbour e Paula de que a heterodoxia também usa testes (baseados em outros dados) que refutam as hipóteses ortodoxas sobre os determinantes do crescimento. Contudo, o que mais chama atenção no artigo é a longa seção sobre a “austeridade”, que delineia uma crítica à hipótese da “contração fiscal expansionista” a partir de explicações que, se são realistas, dificilmente fugiriam da pecha de “narrativas” por seus debatedores. Por exemplo, entre os motivos para evitar a contração fiscal do início de 2015, os autores sugerem (sem demonstração por testes empíricos) que “a queda do preço das commodities, a operação Lava-Jato e a possibilidade de racionamento de água e energia” aprofundariam a recessão que já se avizinhava em fins de 2014. Provavelmente Lisboa e Pessoa perguntariam o quanto cada um desses fatores influiu na recessão e se é possível testar sua influência.

A importância da ideologia por trás das análises econômicas também teria ficado patente quando economistas que alegaram não haver espaço para expansão fiscal em 2014 “aceitaram a primeira revisão da meta de déficit fiscal para R\$ 170,5 bilhões em 2016 pelo governo interino”.

Mais uma vez, Lisboa e Pessoa poderiam afirmar serem estes casos em que “o inferno são os outros” para explicar as falhas da heterodoxia.

2.3 A terceira (e última) rodada: diferentes programas de pesquisas e a ausência da discussão ontológica (outubro de 2016 a março de 2017)

O último artigo de Lisboa e Pessoa (em 04.09) foi uma resposta ao artigo de Jabbour e Paula (21.08). Segundo os primeiros, “o artigo de Paula e Jabbour ilustra admiravelmente bem essa abordagem [*isto é, a abordagem heterodoxa dominante no Brasil*]”. Ainda segundo Lisboa e Pessoa, essa abordagem é caracterizada por “princípios fundadores, a descrição de hipóteses supostamente realistas e o argumento de autoridade (...)”. Desta forma, segundo os heterodoxos “a divergência entre economistas tradicionais e heterodoxos seria decorrência, apenas, da contraposição de visões de mundo. As frases de efeito de autoridades supostamente seriam suficientes para demonstrar sua conclusão”. É pouco provável que o artigo de Bastos e Belluzzo demandasse mais uma resposta de Lisboa e Pessoa, haja vista que, nesta altura, já não havia diálogo substantivo. Desta maneira, coube aos últimos dois artigos, de Gala e Oreiro (em 09.10.2016) e Duayer e Paineira (08.05.2017) tentar entender o porquê desse “diálogo de surdos” final. Gala e Oreiro aplicam o conceito de “núcleo rígido” dos programas de pesquisa de Lakatos para explicar a “insuficiência” das posições metodológicas dos debatedores. Duayer e Paineira, por sua vez, apontam que faltou explicitar o “lugar ontológico” em que se deu os debates para daí entender suas limitações.

O ponto de Gala e Oreiro não é que ortodoxos e heterodoxos sejam mais ou menos empíricos ou usem mais ou menos retórica em seus trabalhos. O ponto é que as duas tradições participam de programas de pesquisas científicos (PPCs) distintos. Segundo Lakatos, PPCs são compostos de um núcleo duro (sua heurística negativa) compostos de proposições que, em princípio, não são passíveis de refutação empírica. Pode-se dizer que tais proposições nos dariam uma “visão de mundo” que nos fariam propor hipóteses testáveis (parte do “cinturão protetor”) do núcleo duro. Em outras palavras, a questão que faziam Lisboa e Pessoa “ver” certos dados explicativos para o nível de poupança ou crescimento chinês eram distintos dos dados “vistos” por Jabbour e Paula. E justamente: de acordo com cada visão de mundo, certos fatos são escolhidos, filtrados, interpretados e até produzidos (pensemos, por exemplo, em dados sobre “pessimismo dos consumidores”).

Segundo Gala e Oreiro, economistas ortodoxos usualmente possuem uma “visão de mundo” composta por indivíduos maximizadores operando em uma economia perfeitamente competitiva operando sob risco e que tende ao equilíbrio. Enquanto isso, a “visão de mundo” (pós)keynesiana não pode prescindir da incerteza forte em seu núcleo duro. Como consequência, o comportamento individual não pode mais simplesmente ser maximizador, mas deve levar em conta também rotinas e convenções, intuições e “animal spirits” (o que não está presente no “núcleo duro” neoclássico padrão).

A solução, para Gala e Oreiro, passa por “aceitar, conviver e incentivar” o pluralismo na economia⁹: mais PPCs permitem manter a pesquisa econômica mesmo quando um deles (como o neoclássico) vier, um dia, a degenerar (se, por acaso, não conseguir explicar crescentes anomalias segundo sua “visão de mundo”)

⁹ Fernandez et al (2018).

Duayer e Paineira, por sua vez, concordam com os avanços de Lakatos com relação ao papel da “figuração” ou “visão de mundo” na elaboração da ciência. Em suma, por trás de toda teoria haveria uma “visão de mundo”, por eles associada à ontologia. Lakatos (assim como Kuhn com o conceito de “paradigma”), já apontara para a “visão de mundo” (ou ontologia) com seu conceito de núcleo duro. Entretanto, apesar do reconhecimento da ontologia, não houve uma análise específica dos mecanismos e causas reais (e não empíricos) dos fenômenos que produzem efeitos passíveis de serem captados empiricamente pelos cientistas.

Ou seja, haveria uma insuficiência das contribuições heterodoxas -- não basta reconhecer a complexidade e apontar para as falácias da composição das abordagens atomistas ortodoxas. Também não basta defender o pluralismo na economia, pressupondo que todos os programas de pesquisa teriam “visões de mundo” equivalentes e deixando indiscutida a questão ontológica. Seria necessário, segundo os autores, estudar “a mudança radical da forma de organização [e] de reprodução social, material imaterial” de diferentes sociedades, independente de seu grau de complexidade.

A consequência de não analisar a ontologia, segundo Duayer e Paineira, é simplesmente aceitar o que aparece como dado no empírico, hipostasiando, desta forma, as relações sociais vigentes e impedindo uma crítica ontológica da ordem social. Mesmo uma visão pluralista seria incapaz de distinguir os programas de pesquisa a não ser pela “progressividade” (resistência à falsificação por testes empíricos) ou “degeneração” (incapacidade de resistir à falsificação dos testes empíricos ou recorrência ao uso de hipóteses *ad-hoc*). Em suma, a resistência à falsificação (e não as causas e mecanismos reais) seria o último critério de adequação científica. Desta forma, a ciência perderia seu caráter emancipatório.

3. Para além do debate -- Davidson e Searle

Dividimos o debate em 3 rodadas na seção anterior: a primeira rodada foi concentrada na questão da separação entre retórica e do método científico. A partir daí o debate foi adquirindo tons polêmicos, com a questão dos valores na ciência e o lugar dos testes empíricos na distinção entre ortodoxia e heterodoxia (bem como sua relação com o ideário da esquerda e direita). Ao final dessa segunda etapa, a comunicação parecia ter sido quebrada. Por fim, a terceira etapa buscou explicar essa falta de comunicação, seja através da epistemologia lakatosiana, seja através da discussão ontológica. Podemos ir além desse debate? Em que direção?

Se o debate deve ir além dos termos colocados nos artigos estudados, devemos em primeiro lugar nos perguntar em que medida os “núcleos duros” de heterodoxos e ortodoxos seriam passíveis de comparação, o que nos remete também à flexibilidade dos seus pressupostos com a passagem do tempo.

A questão da comparação de núcleos duros nos leva ao problema da traduzibilidade das proposições de um núcleo duro para outro. Dentro da tradição analítica da filosofia, tal questão remete à contribuição de Quine com relação às teses da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência¹⁰. Embora hoje não se aceite uma indeterminação completa da

¹⁰ Simplificadamente, tais teses apontam que, dados dois esquemas conceituais distintos (duas línguas distintas) -- ou, no nosso caso, dois sistemas teóricos distintos -- seria impossível saber se a tradução de um certo termo (“coelho”, no exemplo de Quine) de um esquema para o termo de outro esquema (“Gavagai”) possui o mesmo significado subjetivo e a mesma referência para os dois falantes das línguas. Para uma discussão recente do tema, ver Raatikainen (2005).

tradução, as testes de Quine apontaram para uma abordagem pragmática quanto ao uso do significado e da referência aos termos. No nosso caso, a questão da comparação entre “núcleos duros” apontaria na linha pragmatista já defendida por Lisboa (2001) e Gala et. al (2006). Em outros termos, uma comparação de “núcleos duros” deve se dar em termos de sua eficácia em resistir a testes empíricos e em sua capacidade de fazer novas previsões. Neste sentido, um núcleo duro seria comparável a outro em termos de sua capacidade de resistir a testes e fazer previsões.

Mas caberia então perguntar se haveria algo como um núcleo duro rígido ortodoxo ou heterodoxo durável no tempo, dado que as proposições testáveis vão sendo criticadas e alteradas na medida em que não resistem a testes e são incapazes de fazer previsões críveis. De fato, esse é o ponto de Lisboa e Pessoa (2016c): não haveria uma “visão de mundo” determinada por trás das hipóteses elaboradas pela ortodoxia, já que seu critério básico de avaliação é pragmático. Tal posição pode ser defendida tomando por base uma série de papers nas últimas décadas que vem apontando a “morte da economia” (Ormerod 1998 e Colander 2000) até a “implosão do mainstream” (Herscovici 2015). Mesmo a posição de Lawson (2006) de que o que caracterizaria a ortodoxia seria o uso do método hipotético-dedutivo associado a sistemas fechados estaria sob ataque com os avanços de novas áreas de pesquisa como a economia comportamental e experimental, a neuroeconomia e, poderíamos acrescentar, alguns avanços na nova economia institucional, como vemos em North et al. (2009)¹¹. Neste último livro, a ligação da violência com a evolução histórica de diversas ordens políticas (com seu impacto em termos econômicos e institucionais) vai muito além de modelos baseados em maximização sob restrição, equilíbrio e risco.

Ora, seria a discussão ontológica então dispensável, dado que a visão de mundo -- seja ela ortodoxa ou heterodoxa -- seria colocada em segundo plano em relação à eficácia empírica das teorias? Duayer e Paineira evidentemente discordam dessa posição, apontando que o próprio empírico já depende desde sempre uma dada ontologia ou figuração de mundo. Como reclamam muitos críticos das abordagens ortodoxas, haveria desde os anos 1960 (iniciando com Gary Becker) um imperialismo da economia que faria com que os testes empíricos tenham os princípios de que “maximizing behavior, equilibrium and stable preferences (...) form the heart of the economic approach (...)” (Becker 1976). Neste sentido, mesmo North, apesar do escopo de seus últimos trabalhos, defendia que “Economics is a theory of choice - so far so good. But the discipline neglects to explore the context within which choice occurs. We choose among alternatives that are themselves constructions of the human mind” (North 2005). Em suma, apesar de a disciplina da economia ter expandido seu campo de atuação para outras disciplinas (e ter sido influenciadas por elas também) durante a segunda metade do século XX¹², haveria, sim, uma visão de mundo específica por trás de sua abordagem.

Um artigo que mostra o acerto da posição de Duayer e Paineira sobre a importância da “visão de mundo” na elaboração e aplicação de teorias econômicas é fornecido por Davis (2013). Ao analisar o comportamento humano pela teoria da perspectiva de Kahneman e Tversky contraposta à heurística frugal (*frugal heuristics*) associada a Gerd Gigerenzer e ao grupo de pesquisa sobre cognição e comportamento adaptativo, Davis observa que o objeto “comportamento humano de pessoa pobre” é visto de forma distinta por essas duas teorias. Este fato, por sua vez, possui implicações em termos de desenho de políticas públicas em países em

¹¹ Ver também Davis (2008, 2015).

¹² Sobre a expansão de campos de atuação da economia, ver Cherrier (2017).

desenvolvimento. A partir da abordagem da teoria da perspectiva tendemos a ver o comportamento da pessoa pobre como possuindo vieses cognitivos que demandam um “empurrão” (*nudge*) através do desenho de instituições que as façam atuar de forma a maximizar sua utilidade. A abordagem de Gigerenzer, por sua vez, não vê vieses que afastam o comportamento racional da pessoa pobre. Há antes uma racionalidade ecológica situada que faz os indivíduos de certo grupo se comportarem seguindo regras que objetivam a um comportamento satisfatório (como em Simon) em um contexto específico. Correspondentemente, o desenho de políticas públicas não envolveria fornecer incentivos via desenho institucional para corrigir vieses comportamentais, mas mudar práticas e regras das instituições que alteram, por sua vez, o padrão de comportamento satisfatório no grupo. No segundo caso, a teoria é mais sensível à especificidade da pobreza em países em desenvolvimento (pois o comportamento do indivíduo é sempre relativo a regras de comportamento grupais e situadas).

Como se vê, esse exemplo carrega analogia com a explicação sobre o nível de poupança chinês no debate: o dado relevante de análise seria a propensão a poupar individual ou regras do governo quanto ao câmbio? Vemos que a visão de mundo não parece irrelevante e impacta no tipo de dados e testes empíricos usados. Em outros termos, a economia apela para “os procedimentos da ciência para ajudar a garantir a efetividade das propostas” de políticas públicas, mas o faz a partir de uma certa metafísica (ou visão de mundo).

3.1. Os debates e os dois dogmas do empirismo de Quine

Mas talvez o exemplo acima não seja convincente para Lisboa e Pessoa. Em 1962 Gary Becker já elaborara modelos com comportamento movido por hábitos, por exemplo. Mais uma vez, o pressuposto de racionalidade não é uma hipótese necessária de um modelo econômico (embora possa se uma hipótese simples e elegante na maior parte das vezes). Também não há nada que impeça a adoção de modelos com a hipótese de comportamento satisfatório à la Simon. Ou seja, não haveria uma visão de mundo por trás das hipóteses desenvolvidas pela ortodoxia: há apenas hipóteses formais de um lado e dados empíricos de outro. Os dados podem ou não ser comprovados pela hipótese, independente da visão de mundo que a ela subjaz.

É fato que desde os anos 1930 a busca por uma economia científica a partir das contribuições de Robbins (1932) e Mises (1933) fez com que a escolha individual independesse do estudo de situações empíricas concretas. “Fins” e “meios escassos” são relativos a situações específicas, mas uma vez que se os identifiquem empiricamente, pode-se comprovar se um modelo de escolha -- seja ele relativo à alocação de recursos escassos para salvar crianças com fome, fazer uma revolução socialista ou maximizar o lucro de uma empresa -- resiste ou não a teste empírico.

Assim, estamos em uma situação em que temos esquemas conceituais com uma linguagem formal de um lado e o mundo empírico de outro. Esses esquemas conceituais -- que carregam uma linguagem com certa “visão de mundo” -- não são únicos. Desta forma, podemos descrever o mundo empírico segundo diversas “visões de mundo”. Para Lisboa e Pessoa, essas visões são menos importantes que sua capacidade de gerarem hipóteses testáveis. Para Duayer e Paineira, tais hipóteses já dependem de uma certa visão de mundo. A questão seria buscar aquela visão de mundo específica capaz de identificar as causas e mecanismos reais dos fenômenos estudados (ainda que o processo de buscar tal visão seja falível).

Parece que chegamos a um impasse: sabemos que a escolha, tratamento e elaboração de dados dependem de uma visão de mundo. Esta, por sua vez, conforma a escolha, tratamento e

elaboração dos dados com que procuramos testar nossas teorias. Lisboa e Pessoa buscam sair desse círculo vicioso pelo lado empírico: “deixem em segundo plano as visões de mundo e busquem formular hipóteses testáveis e passíveis de discussão e revisão”, poderiam dizer. Não chegaremos à verdade final, mas poderemos basear nossos argumentos provisórios em uma base empírica testada. Duayer e Pinceira, por seu turno, sugerem focar justamente na visão de mundo -- a ontologia, em sua terminologia -- de modo a compreender as causas e mecanismos que produzem efeitos que, aí sim, são captados empiricamente¹³.

Queremos saber se e como a filosofia da tradição anglo-saxã poderia lidar com tal impasse. Os dois primeiros dogmas do empirismo identificados por Quine (1951) -- o dogma da separação analítico-sintético e do reducionismo -- nos levaram ao problema da relatividade conceitual e da indeterminação da tradução. Vejamos resumidamente como esses dois dogmas impactam nossa discussão e levaram ao pragmatismo, à retórica e como a ontologia pode ir além de ambos.

Em primeiro lugar, a abordagem empirista derivada das ideias do positivismo lógico do “Círculo de Viena” prometia que a base do conhecimento poderia vir de objetos autopsicológicos, isto é, dados coletados dos sentidos (como cores, sons, sensações etc.) que poderiam ser relatados via frases-protocolo. Ou seja, a partir desses dados obtidos de nossos sentidos, poderíamos construir descrições simples e diretas de objetos físicos encontrados por nossos sentidos, de forma a poder desenvolver as ciências sobre esses objetos (como a física, a química etc). Também poderíamos construir frases-protocolo de objetos heteropsicológicos a partir da reconstituição de estados mentais de outros indivíduos a partir da observação de seu comportamento -- e daí teríamos ciências ligadas à psicologia. Por fim, fechando um sistema que objetivava a unificação de todo o conhecimento, poderíamos descrever os objetos culturais, estudados pelas ciências humanas¹⁴.

Essa promessa do empirismo não foi cumprida, segundo Quine, pois, como o debate sobre as frases-protocolo deixou claro¹⁵, não há modo de descrever objetos autopsicológicos por meio de frases-protocolo que independa completamente da prática dos falantes. Essa impossibilidade de descrição única tem duas consequências sobre a perspectiva empirista: a primeira é a impossibilidade de separar a linguagem formal da teoria (na forma de sentenças analíticas *a priori*) dessas frases-protocolo como descrições *a posteriori* das observações empíricas. A segunda consequência é que, ao podermos associar mais de uma frase-protocolo a um dado estado do mundo, a linguagem da ciência teria que ser estudada não a partir de frases-protocolo isoladas, mas como um conjunto de sentenças (um *corporate body*, segundo Quine).

Para ilustrar didaticamente a implicação dos dogmas de Quine sobre os debates que tratamos na seção 2 do trabalho, vamos inserir a figura 1 abaixo.

Na figura, tomamos um mesmo fato do mundo -- o nível de poupança chinês, e a descrevemos de dois modos distintos: como equivalente a uma soma de poupanças individuais

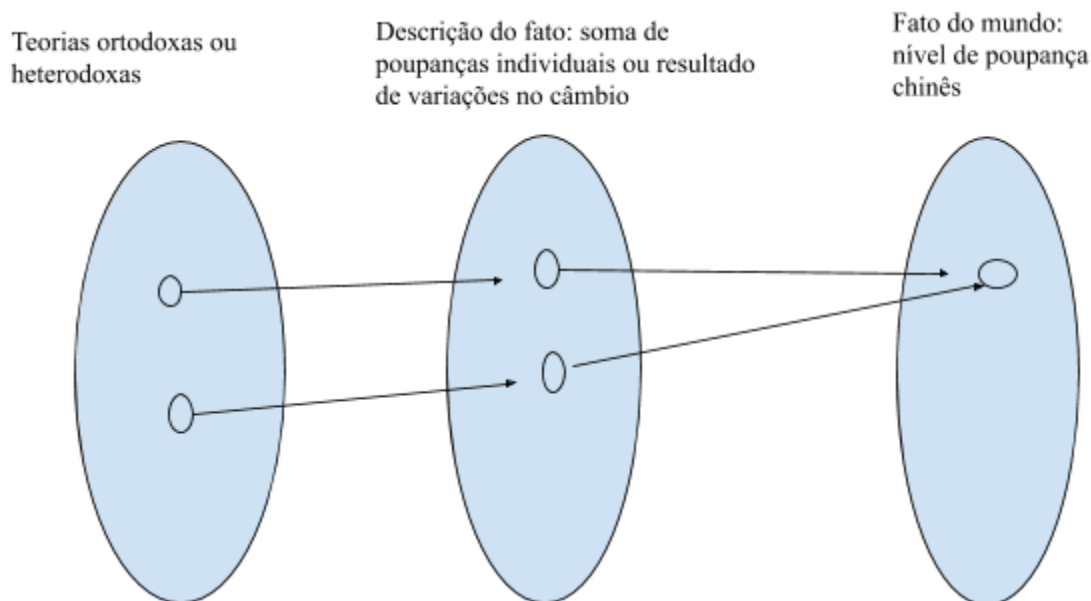
¹³ Para os conhecedores da filosofia continental da segunda metade do século XX seria tentador interpretar tal impasse como exemplo daquilo que Foucault (1966) denominava de “duplo empírico-transcendental” que impediria as ciências humanas de obter o mesmo estatuto das ciências naturais desde o início do século XIX. Por um lado, a verdade é buscada pela via do empírico, mas esse empírico seria determinado por condições de possibilidade (quase)transcendentais dadas pela Vida, Linguagem e Trabalho.

¹⁴ Esta é a proposta de Carnap (1934).

¹⁵ Para uma discussão detalhada do que estava em jogo no debate entre Carnap, Schlick e Neurath, ver Uebel (1989).

ou como resultado de atuação do governo sobre o câmbio. Do mesmo modo, tais descrições correspondem a diferentes hipóteses teóricas sobre o comportamento da variável poupança. Ou seja, não há uma separação entre as hipóteses teóricas (sentenças analíticas) e as descrições dos fatos (sentenças sintéticas) que observamos na realidade.

Figura 1: A não-separação entre teoria e descrição de fatos do mundo



Duas consequências dessa não-separação para a escolha de uma teoria melhor ou pior seriam o pragmatismo (a melhor teoria é aquela que mais consegue resistir a testes e fazer previsões, ainda que provisoriamente) e a retórica (em caso de não haver teoria que resista mais a testes que outra, tenta-se convencer um certo público usando regras de retórica). Vemos que até esse ponto não foi necessário inserir questões ontológicas no debate.

3.2 O terceiro dogma do empirismo de Davidson e a proposta de Lisboa e Pessoa

Davidson acrescenta ao debate algo que, segundo ele, já estava implícito na crítica de Quine aos dois dogmas: a separação entre o conteúdo empírico e o esquema conceitual com que analisamos o empírico. Em termos da figura 1, podemos interpretar a proposta de Davidson afirmando que os conjuntos relativos às teorias e às suas descrições empíricas ou fatos do mundo *não são disjuntos*¹⁶. Ou seja, há fatos do mundo que nos dão *inputs* sensoriais (para usar o termo de Quine) e, a partir desses *inputs* nós fazemos descrições dos fatos e criamos teorias (seus *outputs*). Ambos são igualmente produtos das práticas de cientistas -- e ambos são igualmente fatos do mundo. A novidade é que não há um ente intermediário entre os dados que recebemos

¹⁶ A definição de Davidson (1973) é esta: “I want to urge that [the] (...) dualism of scheme and content, or organizing system and something waiting to be organized, cannot be made intelligible and defensible”. O “something to be organized” é descrito por Davidson como “the stream of experience” ou então “reality (the universe, the world, nature)”. Como exemplos desse dualismo de esquema conceitual-conteúdo empírico Davidson cita Whorf, Kuhn e Feyerabend.

dos sentidos e seus produtos (descrições empíricas e teorias). Esta é uma diferença da tradição anglo-saxã e a abordagem do estudo das ciências de um Foucault e sua noção de *epistémé*¹⁷.

Uma implicação desse terceiro dogma do empirismo é que a separação rígida que Lisboa e Pessoa fazem entre, de um lado, um esquema conceitual teórico de um lado e os fatos empíricos *não é válida do ponto de vista filosófico da filosofia analítica* -- embora possa o ser de um ponto de vista pragmático ou retórico. Percebamos que sequer é necessário que o esquema conceitual seja baseado na hipótese de um comportamento individual racional -- *qualquer* hipótese formalmente lógica não pode ser vista como separada do conteúdo empírico que ela pretende organizar e testar. Segue-se daí que a crítica de Duayer e Paineira é válida no sentido de que os fatos empíricos captados e testados não estão separados do esquema conceitual (se aqui entendermos que esse esquema conceitual equivale a uma visão de mundo) que busca organizar esses fatos.

Precisamos, entretanto, detalhar melhor o que queremos dizer quando afirmamos que descrições dos fatos e teorias “são igualmente produto das práticas dos cientistas”, já que não parecem ser produtos das mesmas práticas (a prática de descrever não é a mesma que teorizar). Não queremos dizer que as hipóteses teóricas são idênticas às descrições empíricas, mas que *as duas obedecem a processos práticos de formação*. Em outras palavras, na nossa interpretação, sugerimos que Davidson abre espaço para que estudemos esses objetos do mundo que são as teorias e os fatos empíricos como processos em que cientistas e grupos de cientistas vão construindo crenças na prática (formando assim uma visão de mundo) sobre os procedimentos de 1. como observar certas partes da realidade, 2. transformá-las em dados empíricos categorizáveis e 3. elaborar teorias em cima desses dados.

É importante enfatizar que estamos indo *além* da retórica e da defesa de um pragmatismo que diz respeito simplesmente a uma adequação de dados empíricos a esquemas teóricos. Não se trata de convencer uma audiência por uma “narrativa” quando duas teorias distintas resistem igualmente bem a seus respectivos testes empíricos. Também não se trata simplesmente de dizer que o sucesso de uma teoria está relacionado à sua resistência a testes. Foi exatamente neste ponto que o debate ficou travado em 2016. A perspectiva da retórica e do pragmatismo dão conta dos procedimentos científicos após o desmonte por Quine dos dois dogmas do empirismo, mas não insuficientes para dar conta do processo em que as teorias podem ser consideradas objetos empíricos por si mesmas e estes últimos, por sua vez, podem ser considerados parte do mundo. A sugestão que está sendo dada por nossa interpretação do terceiro dogma de Davidson busca entender os processos em que certos dados e teorias são construídos e desconstruídos. Certamente esse não é um empreendimento novo desde o desenvolvimento de teorias como o confiabilismo histórico de Goldman e a sociologia do conhecimento científico desde os anos 1970. No entanto, que nada disso tenha aparecido no debate continua a surpreender.

3.3 A questão da ontologia como “visão de mundo”

Dos desenvolvimentos em filosofia que marcaram a segunda metade do século XX, somente a questão ontológica entrou no debate via Roy Bhaskar (citado no primeiro texto de Bastos e Belluzzo e presente também na contribuição de Duayer e Paineira). Como vimos, a

¹⁷ A *epistémé* é descrita por Foucault no prefácio de *As Palavras e as Coisas* como sendo uma “(...) região mediana (...) anterior às palavras, às percepções e aos gestos, incumbidos então de traduzi-la com maior ou menor exatidão ou sucesso [mas também é uma região] sempre mais ‘verdadeira’ que as teorias que lhes tentam dar uma forma explícita, uma explicação exaustiva, ou um fundamento filosófico”.

questão ontológica (como “visão de mundo”) pode contribuir ao debate, já que ela reforça o ponto de Davidson de que os fatos empíricos não estão separados de um esquema conceitual.

No entanto, podemos nos perguntar se uma associação da ontologia com “visão” ou “figuração de mundo” é suficiente para levar o debate adiante de forma construtiva. Cremos que apenas uma especificação melhor do problema da ontologia social pode nos auxiliar nesse intento.

Em primeiro lugar, cremos que seria preciso esclarecer qual seria a diferença entre a ontologia entendida como “visão de mundo” e aquela noção de ontologia moderna herdada de Descartes¹⁸ e que foi criticada duramente a partir da crise do positivismo lógico. O risco de se compreender a ontologia como “visão”, “figuração” (como no primeiro Wittgenstein) ou “esquema conceitual” é de termos uma compreensão “epistemologizante” daquilo que é. Em outros termos, corremos o risco de fundamentar aquilo que é de acordo com a *apreensão em termos de visão (ou quadro sistemático ou esquema conceitual)* daquilo que é.

Qual o problema dessa concepção? Ora, a contribuição dos críticos do empirismo (como Quine e Davidson) mostrou que os problemas da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência nos permitem imaginar diversas ontologias distintas (entendidas como esquemas conceituais) para um mesmo conjunto empírico. Daí é um pulo para resvalarmos na questão da relatividade ontológica de Quine, que gera a possibilidade de termos várias “verdades”, cada uma relativa a um esquema conceitual particular. Contra tal situação, Davidson busca restaurar a noção de verdade objetiva, como afirma no fim de seu artigo:

“Given the dualism of scheme and reality, we get conceptual relativity, and truth relative to a scheme. Without the [third] dogma, this kind of relativity goes by the board. Of course the truth of sentences remains relative to language, but that is as objective as can be. In giving up the dualism of scheme and world, we do not give up the world, but reestablish unmediated touch with the familiar objects whose antics make our sentences true or false. (Davidson, 1973, p. 20).

Ora, o fulcro da questão para Duayer e Paineira é justamente evitar a relatividade ontológica. Mostrando como visões de mundo estão concretamente imbricadas em certas práticas seria talvez possível mostrar a Lisboa e Pessoa que a ontologia não é apenas uma “visão” que não possui relação com a teoria (já vimos que possui), nem pode determinar incondicionalmente a prática científica (uma “visão” apenas condiciona a prática).

Sugerimos que a ontologia realista de John Searle pode nos dar munção para adotarmos uma ontologia social dentro da tradição analítica de filosofia que possa nos ajudar a levar o debate metodológico adiante. Como veremos, às contribuições de Davidson, Searle possui uma concepção de ontologia como mais que “visão de mundo”.

3.4 A ontologia social realista de Searle e suas possíveis aplicações

Os pilares que sustentam a ontologia social de Searle são 1. O realismo externo, ou seja, o pressuposto de que o mundo (a realidade ou o universo) existe independentemente das representações (linguísticas ou mentais) que se podem fazer sobre ele; e 2. A intencionalidade coletiva (isto é, a capacidade que a mente tem de se direcionar (seja na forma de crença, desejo,

¹⁸ Ver Heidegger, “The Age of World Picture” (1938).

intenção, medo, preferência etc) para ou sobre tais objetos e estados de coisas exteriores (Searle 2010: 25). A partir desses dois pilares, segundo Searle, podemos criar toda uma realidade institucional social. Mas como?

Para Searle, a criação da realidade institucional ocorre pela imposição de um status específico a um “objeto bruto”¹⁹ – por exemplo, um muro de pedras que funciona como limite de propriedade ou um pedaço de papel que faz as vezes de dinheiro -- de forma que tal objeto adquira uma função social, dentro de uma certa situação (ou contexto, nas palavras de Searle). No capítulo 2 de seu livro de 1995, Searle mostra como um muro construído em torno de uma tribo (um objeto bruto) pode exercer a função de uma fronteira territorial (um status que tem a função de restringir o acesso a tribo), dentro do território ocupado pela tribo durante um período de tempo t.

O mesmo se sucede com um pedaço de papel (como uma nota dinheiro) que pode representar um meio para a função de realizar trocas dentro de certo país (seu contexto). Esta seria a estrutura típica dos fatos institucionais humanos. Outros seres vivos não possuem a capacidade de criar tais fatos pois eles precisariam possuir intencionalidade coletiva de forma a crer que o muro *representa* a fronteira (ou que uma nota de papel é dinheiro). Estas representações complexas que possuem a estrutura de atos de fala são exclusivas da espécie humana (até onde sabemos) e dependem da linguagem para existir. Em suma, intencionalidade coletiva e representações com mesma estrutura que atos de fala andam juntas, para Searle, na construção da realidade institucional humana.

Com o objetivo de generalizar a forma lógica como a realidade institucional humana é constituída, Searle usa a fórmula “**X conta como Y no contexto C**”. No caso do dinheiro, dizemos que o fato bruto X – um pedaço de papel com cores e marcas – representa um meio de troca Y, no contexto C (certo país ou região). Para que o dinheiro *seja efetivamente dinheiro* (e não só um pedaço de papel) é necessária a *representação coletiva* da imensa maioria dos habitantes de tal região – uma representação que tenha a estrutura de um ato de fala declarativo (por exemplo, “determina-se que se use este pedaço de papel como meio de troca capaz de saldar dívidas nesta região”). O fato de criar uma realidade somente pelo fato de declará-la (ou representá-la) faz com que a fórmula “**X conta como Y no contexto C**” seja uma regra formal que indica logicamente como a realidade social se constitui (sendo por isso nomeada *regra constitutiva*). Neste ponto podemos explicar com mais precisão qual é a relação entre uma visão de mundo e a constituição da realidade social: podemos dizer que a visão de mundo é *o conjunto interrelacionado de representações ou crenças coletivas necessário (mas não suficiente) para a manutenção e reprodução da realidade social de certa coletividade*.

Dizemos “não suficiente” acima porque os fatos institucionais não se esgotam em um conjunto de representações ou crenças coletivas interrelacionadas (ou seja, não se esgotam em uma visão de mundo). Eles dependem ainda sempre de relações de poder e podem, a partir delas, criar direitos e deveres independentes da vontade imediata dos indivíduos do grupo. Isso ocorre em uma série de situações sociais: quando temos obrigações de pagar impostos, o dever de não atravessar a faixa de pedestres com sinal vermelho, a obrigação de aceitar moeda de curso forçado para fazer trocas etc. Em outros termos, a criação de fatos institucionais distribui poder (na forma de direitos, deveres, permissões, obrigações etc.), entre os membros da sociedade.

¹⁹ Na versão mais recente da teoria, não há exigência de “objeto bruto”. Searle fala então de “free-standing Ys”. Como veremos na próxima seção, tais objetos serão importantes em economia.

Essa distribuição de poder multiplica a capacidade de ação dos membros da coletividade e dela própria, ao permitir a cooperação de indivíduos muito além da .

Desta forma, vemos que a proposta de Searle nos mostra mais precisamente o papel (e os limites) das representações coletivas na realidade social.

4. Além da retórica e dos PPCs: contribuições a partir de Davidson e Searle

Vimos, portanto, que Davidson nos permite ir além do pragmatismo (entendido como eficácia da teoria ao enfrentar testes empíricos dela distintos) e da retórica. Searle, por sua vez, nos fornece uma ontologia social que reconhece a importância das representações coletivas na constituição da realidade social, ultrapassando contudo a noção de ontologia como visão de mundo. Resta agora ver, nesta última seção do trabalho, como essas contribuições impactam a antiga discussão metodológica.

Em artigo de 2015, Hands aponta para as mudanças ocorridas nas pesquisas internacionais sobre metodologia da economia com o advento da economia experimental e neuroeconomia, o que trouxe as discussões de “grand universalistic philosophy of science” para temas mais pontuais e específicos dentro destes novos subcampos da economia. O caso brasileiro, entretanto, é distinto da academia internacional. Como observam Lisboa e Pessoa, a discussão na academia brasileira possui uma peculiaridade não encontrada no debate estrangeiro. Sua caracterização dessa peculiaridade como devida a uma visão pragmática da economia contraposta a uma visão mais “narrativa” encontra limites de diálogo evidentes no que vimos nas páginas da Ilustríssima. Nosso trabalho buscou apontar possíveis “rotas de fuga” desse impasse via as contribuições de Davidson e de Searle. Nas últimas duas seções apresentaremos primeiramente os trabalhos de pesquisadores na área de pensamento econômico e metodologia que já apontam para uma fuga no modo como a discussão foi travada. Por fim, apresentaremos a noção de objetos limítrofes (Star) e da ontologia orientada a objetos (Harman) como possíveis futuras contribuições.

4.1 Entendendo a formação de grupos de economistas e suas crenças coletivas

Segundo a proposta sugerida neste artigo, seria necessário compreender antes de mais nada 1. Como se formam grupos distintos de economistas; e 2. Como se formam suas crenças distintas sobre a realidade econômica. É possível ainda, segundo urgem Duayer e Paineira, estudar como esses grupos e suas crenças estão enraizados em outras “formas de organização de sua reprodução social, material e imaterial” mais básicas -- algo como um “modo de produção” da tradição marxista. Não seria recomendável, contudo, supor que o “modo de produção” produz um certo conjunto de ideias sem mostramos concretamente as etapas em que grupos e ideias vão sendo construídas passo a passo. Deste modo, poderíamos responder à demanda de Lisboa (2001: 818) sobre a necessidade de demonstrar mais detalhadamente a eventual existência de um núcleo duro e a inevitabilidade de certos valores que estariam por trás dos modelos ortodoxos.

Nesta direção, trabalhos recentes como os de Cavalieri et al. (2016), Haddad et al. (2017), Cabello (2018), Almeida et al. (2018), Fernández e Suprinyak (2018) e Dequech (2018) funcionam como exemplos de como tentar compreender a formação e estabilização tanto de grupos de economistas quanto de suas ideias. Por exemplo, Cavalieri et al. buscam entender a relação entre a educação *mainstream*, a atuação no mercado e a ocupação das diretorias do

BACEN entre 1995 e 2014; Cabello e Haddad et al. estudam como se formam redes de pesquisa em economia entre diferentes instituições brasileiras; Dequech busca diferenciar o que seria o *mainstream* no Brasil quando comparado ao exterior; a especificidade do pluralismo da academia brasileira está presente tanto em Dequech quanto em Almeida et al., que buscam fazer uma análise bibliométrica do Qualis atestando para o pluralismo presente na pesquisa econômica no Brasil. Finalmente, Fernández e Suprinyak investigam como a própria academia brasileira foi constituída nos anos 1970 com o auxílio da Fundação Ford e como ela se desenvolveu se adaptando à realidade local.

Acreditamos que análises específicas como as presentes nos trabalhos acima nos permitem fazer justiça à inunção de Davidson de compreender como esquemas teóricos conceituais podem ser analisados não separados dos fatos empíricos, mas como *próprios fatos empíricos*. Deste modo, estudos específicos sobre o pluralismo da academia brasileira nos permitem delimitar com mais precisão quem faria parte e em que instituições precisas estaria o *mainstream* brasileiro, bem como as regras de pesquisa que seus propositores seguem, como vemos em Dequech. Trata-se de entender na prática como ortodoxia e heterodoxia se constituem enquanto grupos de pesquisadores que seguem certos procedimentos de pesquisa e atuam em certas instituições que mudam no tempo. A partir daí, podem ser identificados limites mais claros sobre onde há possibilidade de diálogo produtivo entre ortodoxia e heterodoxia e onde não há. Por fim, se há, de fato, a possibilidade de se encontrar visões de mundo relativamente unificadas em torno da ortodoxia e da heterodoxia, elas deveriam ser capazes de explicar concretamente o pluralismo vigente na academia brasileira.

Retornando ao nosso exemplo do “nível de poupança chinês” apresentado na seção anterior: poderia ser feito um estudo de como esse objeto veio a ser constituído (por exemplo, a partir do conceito de “poupança” para depois incluir a especificidade do caso chinês) por diferentes grupos de pesquisadores no tempo, identificando os pontos de difração em que o discurso sobre tal objeto deixa de ser passível de diálogo. Mais uma vez, insistimos que não estamos propondo uma abordagem nova de estudo, mas simplesmente sugerindo que a discussão metodológica em economia siga avanços que já ocorreram nos estudos sociológicos da ciência e áreas afins desde os anos 1970. Esses avanços estão nos *papers* citados acima, mas não foram incorporados no debate infecundo da Ilustríssima.

4.2 A natureza dos objetos econômicos: limítrofes e reticulares

Se Davidson nos ajuda a romper a distinção entre esquema e mundo, resta saber como os objetos teóricos presentes nos esquemas se formam, se estabilizam e se decompõem. Moscati (2012) apresenta as dificuldades que o modelo de crenças e conhecimento prevalecente na economia tradicional (o modelo *state-space* de Aumann 1976) encontra dificuldades de capturar a diferença entre expressões que designam um mesmo objeto (digamos, o “nível de poupança chinês”), mas possuem diferentes significados (é simples agregado de poupanças individuais ou resultado de efeitos de instituições governamentais).

Se a preocupação de Searle é fornecer uma fórmula lógica constitutiva dos objetos sociais (“X conta como Y no contexto C”), precisamos saber ainda como esta fórmula poderia ser aplicada em investigações concretas. Por exemplo, como explicar a manutenção e estabilidade de um objeto como a “taxa de juros”, “PIB” ou “utilidade marginal” em certos contextos específicos? Se a subseção anterior mostrou que há investigações dentro da área de pensamento

econômico e metodologia sobre como se formam grupos de economistas no Brasil e suas pesquisas, há poucas que mostram como os objetos econômicos são constituídos e mantidos.²⁰

Para efeito deste artigo, acreditamos que a contribuição de Star (2010) e seus coautores e de Harman (2016) podem ser úteis para uma futura agenda de pesquisa. Com o conceito de objetos limítrofes (*boundary objects*) podemos especificamente estudar como grupos de pesquisadores cooperam em manter um objeto mesmo que discordem sobre sua interpretação e seu uso (o que parece ser o caso com objetos econômicos usados pela ortodoxia e heterodoxia no Brasil). O conceito de objeto limítrofe diz respeito a objetos que possuem flexibilidade interpretativa relacionada à estrutura material e organizacional em que tais objetos são manipulados e a escala em que funcionam. Star chama atenção especificamente para a infraestrutura que sustenta o uso e a interpretação de tais objetos. Em termos de Searle, podemos dizer que a infraestrutura forma o contexto C que faz com que certo X conte como Y -- a questão é que, na prática, mudando para o contexto C' faz com que o objeto X conte como Y', numa mudança de interpretação. Star procura entender na prática como isso ocorre.

Tomemos como exemplo o objeto “austeridade”, que foi objeto de polêmica no debate de 2016. Seguindo o modelo de Star, podemos investigar a flexibilidade interpretativa desse objeto a partir do contexto em que ele é usado -- tanto por economistas acadêmicos (em suas diferentes escolas -- pode ser o contexto C e C') quanto por aqueles que trabalham na imprensa (outro contexto C'') ou no setor público (contexto C''') e privado (contexto C''''). Em cada um desses diferentes contextos, o objeto “austeridade” poderá assumir diferentes significados que indicarão um certo uso prático (por exemplo, “a austeridade tem impacto positivo sobre emprego e renda no longo prazo, logo deve ser mantida através da PEC 241” ou “a austeridade gera desemprego e queda da renda, logo a PEC 241 deve ser revogada”). A medida em que o conceito de austeridade pode adquirir estabilidade e ser posto em prática dependerá, naturalmente, da rede de atores e poderes que o sustenta. Essa rede é variável e pode atravessar os vários contextos em que o objeto é usado (como afirmamos, a academia, parte da imprensa, parte do governo etc.) Acompanhando a trajetória do objeto “austeridade” em diversos contextos podemos compreender como os diversos atores cooperam para sustentar seus diferentes usos e interpretações.

A proposta do imaterialismo de Harman (inspirada criticamente na teoria ator-rede de Bruno Latour) enfatiza justamente a “rede de atores” (humanos e não-humanos) presentes em um contexto C que sustenta a existência de certo objeto social. Este objeto, sustenta Harman, deve ser considerado em sua especificidade (isto é, não deve poder ser reduzido às suas partes constituintes, de forma a manter suas propriedades emergentes; e não deve ser confundido com os efeitos que produz). O conceito central de *simbiose* permite entender a fases por que um objeto passa durante sua existência, desde seu aparecimento até seu desaparecimento.

Ainda continuando com o exemplo da austeridade, não seria suficiente, para Harman, compreendê-la como simples efeito do “neoliberalismo” ou qualquer outro termo guarda-chuva que a explicaria apenas por seus efeitos. Tampouco deve ser vista como consequência lógica da soma de ações individuais (de modo que a austeridade nada mais seria que a soma da parcimônia dos agentes econômicos como governos, empresas ou famílias). Na linha do que tentou fazer Blyth (2013), o objeto “austeridade” deve ser compreendido como aparecendo nas redes simbióticas de atores como economistas, agências de risco, academia, *think tanks*, governos e

²⁰ As pesquisas de Gustavo Onto, Rodrigo Cantu de Souza, Alexandre de Paiva Camargo e Andrea Ribeiro estão agrupados normalmente nas áreas de antropologia, sociologia e política.

órgãos como o FMI e o Banco Mundial. A ocorrência de eventos como a crise de 2008 pode baquear a rede que sustenta a existência da austeridade, de modo que tal objeto pode perecer ou continuar atuante (como a austeridade continuou de fato em diversos contextos nacionais). A questão passa a ser a investigação dos processos que montam e desmontam as redes que sustentam objetos sociais, bem como a resistência dessas redes a eventos externos (como crises, guerras etc).

5. Conclusão

O objetivo do trabalho foi tentar alargar os termos que nortearam o debate metodológico nas páginas da *Ilustríssima* em 2016 através das contribuições de Davidson e Searle. Tentamos mostrar que a falta de diálogo da segunda fase do debate pode ser explicada indo além do apelo a núcleos duros distintos de PPCs lakatosianos ou a visões de mundo distintas.

Talvez possamos concluir hegelianamente apontando que os participantes dos debates poderiam levar em conta que a própria falta de diálogo era um dado a ser explicado de forma empírica. Deste modo, Davidson nos ajuda a ver que as teorias são também objetos empíricos cuja linguagem e uso prático devem ser elucidados (de forma que elas dependem de crenças coletivas e grupos de pesquisa historicamente e institucionalmente situados), ao passo que Searle nos dá a estrutura lógica formal da existência desses objetos (“X conta como Y no contexto C”). Por fim, apontamos que pesquisas na linha do que desenvolvem Star e Harman podem traduzir em termos concretos a proposta lógico-formal de Searle.

Deste modo, não podemos nos satisfazer com a separação normativo versus positivo proposta por Lisboa e Pessoa, crendo que a teoria seria um instrumento neutro com que analisar fins sociais distintos (mais crescimento ou igualdade). Essa separação pode funcionar pragmaticamente e retoricamente, mas deixa de fora o processo de construção dos próprios objetos com que trabalham e o modo como acessam o mundo empírico. Esse processo de construção pode ser deixado de fora apenas se os objetos sociais estão bem estabilizados e partilhados por crenças coletivas da imensa maioria dos pesquisadores. Ora, não é o que se passa na academia brasileira, caracterizada pelo pluralismo teórico e metodológico. O pluralismo faz com que os objetos econômicos sejam limítrofes e sustentados por diferentes redes de pesquisadores e instituições que flexibilizam a interpretação e o uso destes objetos. Quisemos estender a discussão para esses pontos que, embora já façam parte da discussão sobre epistemologia social e sociologia das ciências, não foram tocados nos debates de 2016.

6. Bibliografia:

ALMEIDA, I. C., ALMEIDA, R. G. e CARVALHO, L. R. *Academic Rankings and Pluralism: The Case of Brazil and the New Version of Qualis*. *Economia*, Vol. 19, Issue 3, September-December 2018.

BASTOS, P. P. Z. e BELLUZZO, L. G. *Crises econômicas evidenciam reducionismo dos modelos teóricos*. *Ilustríssima*, Folha de S. Paulo, 2016a.

_____. *Uma crítica aos pressupostos do ajuste econômico*. *Ilustríssima*, Folha de S. Paulo, 2016b.

BLYTHE, M. *Austeridade: A história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017 [2013].

- CABELLO, A. *The Relations Between Graduate Programs in Economics in Brazil: A Structural Equivalence Analysis*. *Economia*, Volume 19, Issue 2, May-August, 2018.
- CAVALIERI, M. A. R., CODATO, A. DANTAS, E. G. e PERISSINOTTO, R. *Economic mainstream and power: a profile analysis of Central Bank directors during PSDB and PT governments in Brazil*. *Nova Economia*. V. 26, n. 3, p. 687-720.
- CHERRIER, B. *Classifying Economics: A History of the JEL Codes*. *Journal of Economic Literature*, Vol. 95. N. 2, pp. 545-79, 2017.
- CAPOVILLA, C. e PALÁCIO, F. *Somos, de fato, o inferno*. *Ilustríssima*, Folha de São Paulo, 2016.
- COLANDER, D. *The Death of Neoclassical Economics*. *Journal of the History of Economic Thought*, Vol. 22. N. 2. 2000.
- DAVIDSON, D. *On the Very Idea of a Conceptual Scheme*. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, Vol. 47, pp. 5 -20, 1973.
- DAVIS, J. B. *Economics Imperialism under the Impact of Psychology: The Case of Behavioral Development Economics*. *Oeconomia*. 3-1, pp. 119-38, 2013.
- DEQUECH, D. *Applying the Concept of Mainstream Economics Outside the United States: General Remarks and the Case of Brazil as an Example of the Institutionalization of Pluralism*. *Journal of Economic issues*, Vol. 52, Issue 4, 2018.
- DUAYER, M., PAINCEIRA, J. P. e MEDEIROS, J. L. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V. 31, n. 4, pp. 723-83, outubro-dezembro, 2001.
- DUAYER, M. e PAINCEIRA, J. P. *Economia ortodoxa: notícias de lugar nenhum, partes 1 e 2*. Site <http://brasildebate.com.br/economia-ortodoxa-noticias-de-lugar-nenhum-parte-1/>. Acesso em 21.07.2019. Debate.
- FERNÁNDEZ, R. G. e SUPRINYAK, C. E. *Creating Academic Economics in Brazil: The Ford Foundation and the beginnings of ANPEC*. *Economia*. Vol. 19, Issue 3, September-December 2018.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1966].
- GALA, P., FERNANDES, D. A. e REGO, J. M. *Pragmatismo e Economia: Elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico*. *Estudos Econômicos*. Vol. 36, n. 3, pp. 637-661, 2006.
- GALA, P. OREIRO, J. L. *O núcleo duro da divergência entre heterodoxos e ortodoxos*. *Ilustríssima*, Folha de S Paulo, 2016.
- GONÇALVES, C. E. e LISBOA, M. B. *O inferno somos nós: método, e não retórica, deve reinar na ciência*. *Ilustríssima*, Folha de S. Paulo, 2016.
- HADDAD, E. A., MENA-CHALCO, J. P. e SIDONE, O. *Produção científica e redes de colaboração dos docentes vinculados aos programas de pós-graduação em Economia no Brasil*. *Estudos Econômicos*. Vol. 47, n. 4. São Paulo, Out-Dec, 2017.
- HANDS, D. W. *Orthodox and Heterodox Economics in Recent Economic Methodology*. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*. Vol. 8, Issue 1, pp. 61-81, Spring 2015.
- HARMAN, G. *Immaterialism*. Malden: Polity Press, 2016.
- HEIDEGGER, M. *The Age of World Picture* (1938). Disponível em: <http://tems.umn.edu/pdf/Heidegger-AgeWorldPicture.pdf>

- HERSCOVICI, A. *A economia neoclássica: uma análise lakatosiana da cheia do mainstream até sua implosão*. Revista de Economia Política. Vol. 35, n. 4. Pp. 780-98, 2015.
- JABBOUR, E. M. K. e PAULA, L. F. *Texto rebate críticas aos economistas heterodoxos de Lisboa e Pessoa*. Ilustríssima, Folha de S. Paulo, 2016.
- LAWSON, T. *The Nature of Heterodox Economics*. Cambridge Journal of Economics, Vol. 30, n. 4, July, 2006.
- LISBOA, M. B. *Linguagem, Procedimentos e Pragmatismo na Tradição Neoclássica*. Estudos Econômicos, V. 31. N. 4. Pp. 785-833, 2001.
- LISBOA, M. B. *O funcionamento da economia segundo a esquerda e a direita*. Ilustríssima, Folha de S. Paulo, 2016a.
- _____. *As razões da divergência*. Ilustríssima, Folha de S. Paulo, 2016b.
- _____. *Os métodos que dividem as águas no debate econômico*. Ilustríssima, Folha de S. Paulo, 2016c.
- NEDER, R. N. (org.) *Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. CDS-UnB, 2010.
- NOBRE, M. *1988+30*. Novos Estudos CEBRAP. Vol. 35, n. 2. São Paulo, Julho, 2016.
- NORTH, D., WALLIS, J. J. e WEINGAST, B. R. *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- ORMEROD, P. *The Death of Economics*. New York: John Wiley and Sons, 1997.
- QUINE, W. O. *Two Dogmas of Empiricism*. The Philosophical Review, 60, pp. 20-43, 1951.
- RAATIKAINEN, P. *On how to avoid the indeterminacy of translation*. The Southern Journal of Philosophy, XLIII, pp. 1-20, 2005.
- ROTHEIM, T. *Persuasive Devices*. Cambridge Journal of Economics, 30, 313-35, 2006.
- SEARLE, J. R. *The Construction of Social Reality*. New York: Free Press, 1995.
- _____. *Making the Social World*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- SINGER, A. *Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. Novos Estudos CEBRAP, n. 102, 2015.
- STAR, S. L. *This is not a boundary object: Reflections on the Origin of a Concept*. Science, Technology and Human Values, 35 (5), 601-17.
- UEBEL, T. *The Vienna circle's debate about protocol sentences revisited: towards the reconstruction of Otto Neurath's epistemology*. PhD. thesis. MIT, 1989.